

A EMENDA 3 TIRA TUDO ISSO DE VOCÊ



- Carteira de Trabalho
- Férias • FGTS • DSR
- Aposentadoria
- Licença maternidade • Salário fixo
- Auxílios do INSS • Pisos Salariais
- Limite de Horas Extras
- Licença Paternidade
- Jornada de Trabalho
- Convenção Coletiva
- Direito de Greve
- Representação Sindical

LUTE PELOS SEUS DIREITOS!

Cruze os braços amanhã pela manutenção do veto do presidente Lula à emenda 3. Esta terça-feira é dia nacional de luta em defesa do veto. Siga as orientações da representação sindical na sua fábrica. Você tem muitos motivos para entrar nessa luta. Veja no verso da Tribuna.

PJ é fraude nos direitos trabalhistas

Os trabalhadores precisam lutar para que o Congresso mantenha o veto do presidente Lula à emenda 3, pois ela autoriza o patrão a contratar sem vínculo empregatício através da figura da Pessoa Jurídica, a chamada PJ.

Se a emenda 3 passar a ter validade, será o fim do registro em carteira e de todos os direitos que ela garante.

A Pessoa Jurídica (PJ) é a empresa de uma pessoa só e ela existe para fraudar direitos trabalhistas.

Grandes empresas, como as de comunicação, exigem que seus empregados se transformem em PJ para fazerem a contratação como prestador de serviço e não como empregado.

Com a PJ, o ex-empregado perde os direitos trabalhistas assegurados a

quem tem carteira assinada e a empresa se livra dos encargos trabalhistas e previdenciários (ver abaixo).

Com a PJ, o ex-empregado continua cumprindo horário e recebendo ordens. E quem presta serviços nessas situações, de acordo com a CLT, é considerado empregado.

Com a PJ, o prestador de serviço fica sem o INSS. Se ele quiser continuar segurado no INSS, ele terá de pagar 20% sobre o mesmo valor que, como empregado, pagava de 8% a 11%.

PJ é só prejuízo. Ele vai ter de negociar sozinho os termos da prestação de serviço com o chefe ou patrão.

Entra na negociação enfraquecido e, se vacilar, as relações de trabalho passam a ser semelhantes à escravidão.



Presidente do Sindicato José Lopez Feijóo comanda assembleia na Ford sobre a emenda 3 na última quinta-feira

vidão.

O último prejuízo é quando o ex-empregado, agora PJ, recorre à Justiça.

O contrato é rompido, ele perde o emprego precário e ainda vai ter de esperar uns 10 anos pelo fim da ação trabalhista.

Lucro do patrão aumenta

A empresa só leva lucro com a contratação da PJ e deixa de pagar:

- INSS de 20% sobre a folha
- 13º salário
- férias acrescidas de um terço
- contribuição ao Sistema S
- 8% do FGTS
- aviso prévio proporcional
- indenização de 40% sobre o saldo do FGTS

Além da PJ acabar com direitos, ela possibilita a lavagem de dinheiro com a criação de empresas fantasmas.

Direitos do empregado diminuem

A PJ fica sem direitos trabalhistas como férias, 13º salário, FGTS, vale-transporte, vale-refeição, licenças maternidade e paternidade.

A PJ fica sem direitos previdenciários como aposentadoria, auxílio-doença, licença-maternidade e assistência médica.

A PJ vai pagar do bolso a passagem de ônibus, trem ou metrô, vai pagar o almoço e o INSS.

A PJ vai pagar imposto de renda, imposto para a prefeitura e o escritório de contabilidade.

As TVs, as rádios e os jornais são a favor da emenda

O autor da emenda 3 é o ex-senador Ney Suassuna, que apresentou a proposta a pedido dos meios de comunicação.

Há muito tempo que as empresas de comunicação usam a figura da PJ. E não são apenas os astros das novelas. A imensa maioria dos funcionários já foram obrigados a se tornar PJ.

Do motorista ao apresentador e à apresentadora do telejornal, todos já caíram nessa armadilha. Segundo o presidente

da Federação Nacional dos Jornalistas, Sérgio Murilo de Andrade, os trabalhadores de todas as empresas de comunicação do empresário Nelson Tanure (Jornal do Brasil e Gazeta Mercantil) são PJs. Ele afirma ainda que esse tipo de contratação é muito comum na Rede Bandeirantes e também na Rede Globo.

Esse é um dos motivos pelo qual a mídia faz campanha descarada para o Congresso derrubar o veto de Lula à emenda.

Pressione deputados e senadores

Mande uma mensagem aos deputados federais e senadores cobrando apoio ao veto do presidente Lula. Acesse o portal do Sindicato (www.smabc.org.br) e clique no alto da página no lado direito. Se preferir acesse o www.camara.gov.br/deputados ou www.senado.gov.br/sf/senadores e mande a mensagem diretamente ao parlamentar que você ajudou eleger.



Metalúrgico é bom de luta

Foram muitas as vezes em que os metalúrgicos do ABC foram à luta para preservar ou para avançar em seus direitos. Desde a reorganização da categoria, com as greves no final dos anos 70 e início dos 80, às batalhas contra o neoliberalismo nos anos 90, os metalúrgicos sempre marcaram presença com combatividade.



Um dos últimos grandes embates foi contra o projeto de lei do governo FHC que flexibilizava a CLT e também jogava direitos por terra.

Ainda no governo FHC, lutamos pelo pagamento das perdas provocadas pelos planos Verão e Collor e por direitos na Previdência Social.



A preservação do emprego esteve no centro das atenções dos metalúrgicos durante quase toda a década de 90, com centenas de atos e mobilizações.

Nos anos 80, as grandes batalhas se deram pela conquista de novos direitos, como redução da jornada de trabalho, comissões de fábrica e estabilidade ao portador de doença ou seqüela por acidente.

